

Dívida pública será detalhada a investidores

No pior cenário possível, relação entre dívida e PIB ficaria em 58,5%

BRASÍLIA – O principal dado que os secretários de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Otaviano Canuto, e do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, mostrarão aos investidores e analistas internacionais são projeções sobre o comportamento da dívida pública em três diferentes cenários: pessimista, básico e otimista. Com esses cenários, pretendem demonstrar que a dívida é sustentável mesmo num quadro adverso provocado pela guerra.

O gráfico com os cenários é o mesmo que o ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho, apresentou em suas exposições no Senado e na Câmara dos Deputados. De acordo com o estudo, na pior das hipóteses, o estoque da dívida pública brasileira sairia dos atuais 55,9% do Produto Interno Bruto (PIB) para 58,5% do PIB em meados deste ano.

Essa alta, explicou Canuto, ocorreria basicamente por efeito do câmbio. Depois desse pico, o estoque entraria numa trajetória de queda, atingindo 56,6% do PIB em 2004 e 54,6% do PIB em 2005. “O cenário ruim incorpora o preço da guerra, e mesmo assim estamos capacitados a apresentá-lo como sustentável”, frisou Canuto. No cenário básico, o governo acredita que o saldo da dívida pública se manteria inalterado em 55,9% do PIB até mais ou menos a segunda metade deste ano, declinando a partir de então. Chegaria a 53,9% do PIB em 2004 e 51,8% do PIB em 2005. No quadro mais otimista, a dívida começaria a declinar desde já, atingindo 54,5% do PIB em meados de 2003, 52,5% do PIB em 2004 e 50,4% do PIB em 2005.

Todas essas projeções levam em conta os seguintes parâmetros: resultado primário do setor público consolidado de 4,25% do PIB ao longo dos próximos anos, taxa de juros reais de 8% e câmbio real de R\$ 3,50. “Esse cenário que descrevi é duro, mesmo assim a trajetória é de queda para a relação entre dívida e PIB ao longo do tempo”, comentou. Canuto ressaltou, porém, que o governo pode não manter a meta de resultado primário em 4,25% do PIB indefinidamente. “Isso é um exercício; se melhorar a percepção de risco e tivermos queda do juro real e/ou do câmbio real, essa dinâmica pode ser obtida mesmo com superávits primários menores”, explicou.

Os secretários procurarão mostrar aos investidores internacionais e analistas que a estratégia de consolidação da política econômica do novo governo tem sido bem-sucedida até o momento. Ela começou com o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa linha de atuação foi reforçada pela decisão de elevar a meta de superávit primário do setor público consolidado para 4,25% do PIB, os primeiros resultados fiscais do ano, a manutenção do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Carta de Brasília e o avanço no processo de reformas.

“Estamos dentro do timing esperado”, afirmou Canuto. “Nenhum analista sensato pode nos acusar de atraso.” Segundo o secretário, a Carta de Brasília está sendo vista como um documento importante pelos investidores, por tratar-se de uma institucionalização do apoio dos governadores ao processo de reformas. Ele acredita que o governo Lula se diferenciara do anterior pela “qualidade e sustentabilidade do ajuste fiscal”. (L.A.O. e A.F.)